Opinião

OPINIÃO

António José Fialho

O perigo da indiferença

No passado dia 19 de novembro, na celebração do 7.º Dia Mundial dos Pobres, na sua homilia, o Papa Francisco disse que "não podemos viver ... com medo, esconder debaixo da terra o tesouro que recebemos, pensando só em nós mesmos, sem nos apaixonarmos por nada, além das nossas comodidades e interesses, sem nos comprometermos".

O contrato social que cada um de nós tem para com a comunidade ou até mesmo perante o planeta implica que todos nós sejamos contribuintes de uma parcela da nossa capacidade para que possamos receber a correspondente parcela dos benefícios gerados por essa mesma comunidade ou pelo planeta.

Ter a noção deste comprometimento, para mais num momento como aquele que se aproxima, em que celebramos o nascimento, a partilha e a esperança, é algo que não devemos esquecer, principalmente quando estejamos perante situações de pobreza e de miséria.

Conhecemos bem essa realidade.

Nos tribunais, os juízes têm todos os dias à sua frente os rostos do desemprego, da carência, do desespero, da incerteza quanto ao futuro e da falta de esperança.

Não somos indiferentes a uma realidade que tão bem conhecemos.

Porém, infelizmente, a pobreza e a miséria não se resolvem por sentença e nem sempre os direitos básicos conseguem ser assegurados pelos tribunais sem que exista a capacidade de execução por parte de outros órgãos do Estado.

É por isso que temos pugnado pela existência e reforço das redes de cooperação entre instituições, procurando dar o nosso singelo contributo na resolução das questões que são da responsabilidade dos tribunais.

A cooperação é a convicção plena de que ninguém pode atingir os seus objetivos se não chegarmos todos.

Este é o nosso comprometimento e parte da afirmação do contrato social que temos para com a comunidade da região de Setúbal.

A pobreza e a miséria não se resolvem por sentença e nem sempre os direitos básicos podem ser assegurados pelos tribunais

Nem sempre somos bem sucedidos, mas os erros e o fracasso apenas nos devem dar uma maior vontade de progredir.

Por isso, seguindo as sábias palavras de São Francisco de Assis, pedimos "força para mudar o que pode ser mudado; resignação (e humildade) para aceitar o que não pode ser mudado e sabedoria para distinguir uma coisa da outra."

Os únicos que não cometem erros são aqueles que nunca fazem coisa alguma.

Administrar a Justiça em nome do Povo, no respeito pela Constituição e pela lei, é o juramento que fazem todos os magistrados e que renovam sempre que iniciam funções num novo tribunal.

É esse o nosso compromisso, sem medos, com paixão, mas objetividade, muitas vezes com poucas comodidades e sem quaisquer interesses pessoais, com independência e imparcialidade.

O Povo não espera menos de nós.

Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal